

Foto: Acervo do Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Populares



II Encontro Nacional de Educação, Saúde e Cultura Populares (II ENESCPOP)
Confecção de bandeiras das tendas
(15 a 17 de junho de 2006)

A inclusão nossa de cada dia

Gercina Santana Novais¹

Resumo

O propósito deste artigo é apresentar uma reflexão sobre a sociedade atual, orientada por questões relativas a conceitos, estratégias e campo que ancoram ações qualificadas como inclusão social de grupos historicamente excluídos. Tal reflexão pode contribuir, enquanto contraponto, para o exame de conceitos de inclusão e exclusão e seus usos, associados a uma outra categoria aqui denominada de participação excludente.

Palavras-chave

Sociedade atual. Inclusão/exclusão. Participação excludente.

1. Psicóloga, Professora da Escola de Educação Básica, Doutora em Educação e Diretora de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia.

Our everyday inclusion

Gercina Santana Novais*

Abstract

The aim of this article is to present some reflection on the present society, oriented by the subjects related to the concepts, strategies and field that sustain actions qualified as social inclusion of historically excluded groups. Such reflection can contribute, as counterpoint, to the analysis of the concepts of inclusion and exclusion and their uses, related to another category here named excluding participation.

Key words

Present society. Inclusion/exclusion. Excluding participation.

* Psychologist, Teacher at Escola de Educação Básica, Doctor and Education Director of the Extension Department at Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia.

A tentativa de apreender a realidade atual, identificando o conjunto das relações sociais, seus mecanismos de dissimulação, suas estratégias de acomodação e limitação das reivindicações de determinados sujeitos ou grupos sociais aos direitos de cidadania, leva-nos a dedicar nossa atenção a conceitos, estratégias e campo onde estão operando as propostas de reestruturação e de reformas no Brasil. Além disso, leva-nos a reconhecer o papel dos meios de comunicação de massa e da ausência de veículos de comunicação alternativos nos processos de comunicação de idéias, argumentos, visão de realidade, dentre outros aspectos.

A nosso ver, atualmente, há uma ausência de processos de comunicação, numa realidade manipulada pela publicidade e pelo uso de determinadas representações na publicização de idéias. Esses processos vêm sendo ancorados na correlação de forças atuais entre representantes do capitalismo e de parcela de seus opositores. A análise dessa situação também requer o exame da relação dos movimentos sociais com as instituições estabelecidas e legitimadas pelo capitalismo e de como os setores progressistas vêm ocupando espaços institucionais.

Nessa perspectiva, é importante mencionar que a possibilidade de ocupar espaços institucionais, em decorrência de alianças com predominância das forças conservadoras, combinada com um jeito de fazer política, anulando os conflitos e domesticando os militantes, tem proporcionado um ambiente desfavorável para a criação de condições necessárias à superação das desigualdades sociais. Nesse contexto, prevalece a inclusão conservadora, sustentada por processos de regulação. Dessa forma, a idéia de um mundo do possível, ditado pelas leis do mercado, substitui a urgência e a possibilidade de desenvolver lutas para transformar estruturas e práticas sociais.

Além disso, essa correlação de força sofre o impacto do caráter da maioria dos movimentos sociais atuais, marcados pela luta por inclusão e, por conseguinte, pelo atendimento,

por meio de políticas públicas, de algumas das reivindicações desses movimentos. Nesse contexto, são formulados projetos de Governo e não de Estado. Disso resulta, freqüentemente, o enfraquecimento das condições de ações estratégicas fundamentais para a transformação social e o fim do Estado de classe.

É importante mencionar que a maioria dos movimentos de luta por inclusão traz no seu bojo uma das suas faces, tal como afirma José de Sousa Martins, conservadora. Para esse autor:

Não estamos em face de um novo dualismo, que nos proponha as falsas alternativas de excluídos ou incluídos. A sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria novas formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos. [...] De certo modo, o uso da definição de exclusão social para classificar as desigualdades sociais revela-nos um dos aspectos da crise da sociedade de classes. Revela-nos que a classe operária já não está no centro das explicações e dos combates sociais, ao menos não o está na consciência social dos que atuam politicamente através dos chamados movimentos populares. [...] Num certo sentido, [...] a categoria exclusão é fruto de duas orientações interpretativas opostas, ainda que referidas à mesma situação histórica e social: uma orientação transformadora e uma orientação conservadora. Da orientação transformadora porque os militantes políticos, os agentes de pastoral, os partidos e mesmo os acadêmicos aplicam, ainda que indevidamente, ao que agora se chama de "excluídos" aquilo que é próprio *da situação de classe do operário*. Isto é, o excluído seria uma vítima da exploração capitalista. E ao mesmo tempo, *seria portador de uma possibilidade histórica*, a da redenção dos pobres [...]. Agora no primeiro plano estão as famílias, a desagregação familiar, o mendigo, a criança de rua, o desempregado, o morador precário, o expulso

da terra e recusado pela cidade. A eles não se aplica a teoria do protagonismo histórico da classe operária, pois sua situação social é diversa. [...] São os excluídos de fazer história. [...] As categorias “excluído” e “exclusão” são categorias de orientação conservadora. Não tocam nas contradições (MARTINS, 2003, p. 11, 17, 31, 35, grifos do autor).

Nesse contexto, a inclusão permitida ocorre sob a ótica dos interesses de uma determinada classe social, preservando o estado burguês. Todavia, é evidente que não se trata aqui de desvalorizar qualquer movimento de luta por inclusão. Trata-se, porém, de não fortalecer o olhar ingênuo frente aos limites das lutas por inclusão e da adesão apressada a reformas em andamento, pois muitas delas permitem o fortalecimento dos aspectos estruturantes da situação de desigualdades de oportunidades para setores historicamente desfavorecidos. Tampouco de não reconhecer o papel das instituições e da luta por cidadania ativa. A esse respeito, é esclarecedor o que diz Chico de Oliveira em uma entrevista divulgada pela Internet²:

No fundo, a cidadania, a meu modo de ver, pode ser definida em forma sintética como o estado pleno de autonomia, quer dizer, saber escolher, poder escolher e efetivar as escolhas. E isto no Estado moderno, na sociedade moderna, significa dizer um cidadão pleno, consciente e ativo dos seus direitos, dos direitos individuais e dos direitos coletivos. Então, como a gente vê, esse conceito é uma coisa totalmente escorregadia e difícil de precisar. São as instituições que compõem a armadura material dos direitos da cidadania. Então, como é que ele efetiva? Esse é um trabalho permanente de criação, recriação, de invenção e reinvenção de instituições através das quais ele exerce essa autonomia. É evidente que a gente não está partindo do plasma que fundou o mundo

e a sociedade. Você nasce com alguns princípios que a própria sociedade criou, quer dizer, você ingressa numa certa sociedade já, de alguma maneira, parametrizado. Mas cabe exatamente ao cidadão inventar e reinventar continuamente seu lugar no mundo, isto é, o impacto se faz andando, não é uma situação prévia de repouso absoluto, é uma situação sempre dinâmica e isso dá um outro caráter à questão da cidadania. O cidadão pleno não é só aquele que recebe o usufruto de sua plenitude, mas é aquele que forja a plenitude desse usufruto, e isso significa uma participação ativa no andamento da sociedade, na intervenção dentro do Estado, na criação de instituições. Portanto, a gente não se restringe, desse ponto de vista, à imagem liberal do cidadão individual que é depositário de todos os direitos. Ele é mais o criador, o ativador desses direitos, do que apenas um repositário, um receptor.

Com base no exposto acima, é interessante resgatarmos aqui algumas propostas ou ações amplamente divulgadas, resguardando suas diferenças, mas reconhecendo o campo onde são formuladas, qual seja, o lugar da acomodação à realidade atual: a reforma universitária, a retirada dos mendigos e crianças dos locais onde estão os semáforos da cidade de Uberlândia e a devolução dos imigrantes para suas cidades de origens, o Plano Nacional de Educação e a expansão evidente das lojas de mercadorias de R\$1,99, dentre outras. Neste espaço, vamos nos ater a evidenciar alguns elementos que nos levam a afirmar o caráter conservador, dentro dos limites de proposição do sistema capitalista, das propostas e ações mencionadas. Vejamos:

a) Nas lojas de R\$ 1, 99, as pessoas de baixo poder aquisitivo podem consumir produtos, cópias de baixa qualidade, reduzir a sensação de desconforto de não verem atendidas algumas de suas necessidades, fazer parte do mundo do consumo. Não há, portanto, exclusão

2. <http://www.polis.org.br/publicacoes/artigos/entrevchico.html>

permanente no mundo capitalista, embora o tipo de participação dos sujeitos ou dos grupos sociais seja diferenciado.

b) A Prefeitura Municipal de Uberlândia não tolera a presença de mendigos e crianças exploradas próximas aos semáforos. A retirada dos mendigos e das crianças, vendedoras ambulantes mirins, das ruas de Uberlândia e a responsabilização dos pais destas crianças por alterar esta situação provocam sensação de alívio nos governantes e em determinados grupos sociais e colaboram para compor uma imagem do centro da cidade sem alguns dos indícios da desigualdade social.

c) A leitura dos dados sobre a realidade do ensino no Brasil apressa o lançamento de um Plano Nacional de Educação que mantém a lógica da educação para o mercado e as condições atuais do exercício do ato de aprender e de ensinar. Essas condições decorrem, por exemplo, das ausências de um Piso Salarial Nacional suficiente para uma vida digna e de uma rede de apoio ao processo educacional e do tipo de contrato de trabalho firmado com os(as) professores(as) - o qual não inclui tempo remunerado suficiente para que o(a) professor(a) continue estudando, preparando as atividades pedagógicas, desenvolvendo o trabalho coletivo no cotidiano das escolas etc.

d) A proposta de reforma universitária não traz elementos favoráveis à transformação do ensino, pesquisa e extensão. Permanecem conceitos sustentados na idéia de ingresso na universidade associado à meritocracia, ao talento individual, na organização fragmentada do ensino, no papel estratégico das universidades públicas na conservação das desigualdades de oportunidades, na hierarquização de saberes, no culto ao academicismo, dentre outras mazelas. Permanece, ainda, a hierarquização das atividades de ensino, pesquisa e extensão no processo de avaliação das universidades e

dos(as) seus(as) servidores(as), docentes e técnico-administrativos. Num certo modo, pode-se afirmar que a proposta de reforma universitária apresentada pelo governo federal não retira da "periferia" das universidades experiências fundamentadas em teorias e práticas que anunciam uma universidade pública qualificada socialmente. Essas experiências, comprometidas com uma educação emancipatória, visam fortalecer as trocas de conhecimentos produzidos por diferentes grupos sociais, a elaboração e a partilha de bens econômicos, sociais, culturais, científicos e tecnológicos necessários para uma vida mais feliz.

Nesse contexto, retomamos aqui uma expressão utilizada por nós para explicar o que vem ocorrendo no interior das escolas públicas em relação ao propósito de incluir todos(as) alunos(as) nestas instituições³: a participação excludente, com o intuito de auxiliar a compreensão do exposto anteriormente. É importante mencionar que essa expressão nos ajudou a esclarecer o modo de inserção no contexto escolar oferecido a determinados grupos sociais. Esse modo favorecia a construção de processos graduais de exclusão escolar. Processos esses ancorados em mecanismos de desigualdade de oportunidade de permanência e terminalidade dos estudos. Essa situação foi evidenciada nas observações do ocorrido no cotidiano da escola, por isto é importante realçar o sentido da expressão *participação excludente*, bem como indicar o quanto ela possui um potencial explicativo para se compreender acontecimentos atuais, inclusive aqueles que ocorrem fora dos muros das escolas.

Entretanto, reconhecemos a contradição contida na própria expressão *participação excludente*. Ela pode ser mais bem compreendida a partir da reflexão sobre a relação entre a situação de exclusão e a de desigualdade de oportunidade de determinados grupos sociais, espe-

3. Esse termo foi utilizado como categoria de análise no texto: **A participação excludente nas escolas públicas:** um estudo das representações de escola, aluno e prática pedagógica. 2005. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) FEUSP, São Paulo.

cialmente, quando reconhecemos a pertinência de utilizar o termo exclusão não como categoria geral, para explicar processos de diferenciação na sociedade contemporânea, mas associado a uma categoria central de análise, qual seja, classes sociais, para compreendermos mecanismos criados pelo próprio sistema capitalista que, embora expondo suas contradições, preserva os privilégios dos(as) favorecidos(as) por este tipo de sistema.

Assim, a reflexão sobre *participação excludente* permitiu-nos lembrar que, geralmente, a implementação das políticas de democratização do acesso a bens culturais, tecnológicos, científicos, dentre outros, não significou a possibilidade de distribuição igualitária desses bens. A título de ilustração: o acesso à escola pode ser medido por dados estatísticos relacionados com a matrícula na instituição de ensino, mas dele decorre uma participação quantitativa diferenciada, que não pode ser associada à idéia da mesma instrução para todos(as). Pareceu-nos

que o fato de oferecer matrícula, de permitir o acesso, serviu de argumento para sustentar a idéia de democratização do acesso ao ensino, tal como ocorre em outros espaços da realidade atual. Vemos se repetir o que ocorre em uma festa patrocinada por pessoa ou grupo social de alto poder aquisitivo. Nela podemos encontrar algumas pessoas que, embora tenham sido convidadas, não pertencem ao grupo social dos(as) donos(as) da festa. O modo de participação dessas pessoas pode ser retratado a partir, por exemplo, da observação do tipo e quantidade de atenção distribuída para os componentes da mesa, onde estão acomodadas essas pessoas. Isso reflete, por exemplo, na possibilidade de acesso a quitutes e outros serviços oferecidos durante a realização da festa. Dito de outra forma, essas pessoas receberam um convite para participar da festa, mas a forma de participação, a nosso ver, pode ser qualificada como participação excludente.

Referências

- FERRARO, Alceu R. Exclusão, trabalho e poder em Marx. **Sociologia**. Porto Alegre: ano 1, n. 1, p. 300-325, jan./jun., 1999.
- DUSSEL, Enrique. **Para uma ética da libertação latino-americana**. Acesso ao ponto de partida da ética. São Paulo: Loyola, vol 1. 1977.
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- NOVAIS, Gercina Santana. **A participação excludente nas escolas públicas: um estudo das representações de escola, aluno e prática pedagógica**. 2005. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) FEUSP, São Paulo.
- OLIVEIRA, Chico. Entrevista concedida em dezembro de 1999. *Site da PÓLIS* – <http://www.polis.org.br/publicacoes/artigos/entrevchico.html>. Acessado em 20 de maio de 2007.